

Imprensa e vulnerabilidade social: os bairros capixabas nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* ¹

Ana Carolina Ronchi²
Edgard Rebouças³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Resumo: O presente trabalho visa tecer uma discussão sobre a representação das áreas de vulnerabilidade social da Grande Vitória na imprensa. Partindo do processo de análise de conteúdo, o estudo mapeia de que forma os territórios vulneráveis são apresentados ao longo do ano de 2016 nos jornais impressos *A Gazeta* e *A Tribuna*. Ao fim dos doze meses de análise é possível visualizar o protagonismo dessas localidades principalmente no que diz respeito aos conteúdos policiais.

Palavras-chave: Imprensa; Jornalismo; Vulnerabilidade Social; Espírito Santo; Grande Vitória.

1. Jornalismo: um narrador social

Ao discutirem sobre os elementos do jornalismo, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p. 18) apontam que a profissão tem a característica de nortear a sociedade. Para eles, as notícias são necessárias para que se estabeleçam ligações uns com os outros,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Jornalista, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Email: ana.ronchi.acr@gmail.com.

³ Jornalista, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES e do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. E-mail: edgard.reboucas@ufes.br.

para efeito de proteção, para identificar inimigos e amigos, enfim, para viver a vida. Dessa maneira, o jornalismo se apresenta como uma instituição criada pelas sociedades para fornecer essas notícias. E é exatamente por isso que há a preocupação com a natureza das notícias, tal qual, do jornalismo: pois influenciam a qualidade de vida das pessoas, os pensamentos e a própria cultura.

Sendo um dos narradores sociais, o jornalismo auxilia na compreensão dos acontecimentos em sociedade. Por isso também a importância de compreender como atua na sociedade e de que forma se relaciona com o(s) outro(s). Assim sendo, e com o intuito de lançar um novo olhar sobre a atividade profissional, esse trabalho se atém especialmente na maneira como o jornalismo representa as áreas de vulnerabilidade social da Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo. Ao lançar luz sobre os veículos impressos *A Gazeta* e *A Tribuna* compreende-se ter em mãos um amplo campo de discussão. Ao tentar abranger as maneiras da imprensa representar esses espaços marginalizados pretende-se tecer reflexões sobre estas áreas, sobre o jornalismo e, conseqüentemente sobre a própria sociedade.

Visualizar o conteúdo jornalístico é, antes de tudo, compreender que, para além de um simples relato do ocorrido as notícias são apresentadas como resultado visível de uma teia de fatores que compreender tanto a linha editorial dos veículos quanto a própria visão de mundo do jornalista. Desse modo, assim como considerava Walter Lippman (2008, p. 296), o jornalismo não se trata de um relato em primeira mão, um material bruto lançado ao público, mas, de um relato do material após ter sido estilizado. Trata-se do resultado de um longo processo que acaba por refletir a posição do veículo, a colocação do jornalista no mundo, entre outros. Sendo a notícia a costura das conversações diárias, é o jornalista também o articulador da realidade, uma realidade bem específica: a representada no jornal.

Nesse sentido, Miquel Rodrigo Alsina (2009), ao discutir sobre a construção das notícias, ressalta que muito mais do que conteúdo noticioso, as mídias produzem uma construção da realidade social. Para o autor, os jornalistas são como os construtores da realidade ao seu redor, seriam eles também os responsáveis por conferir estilo narrativo a essa realidade, divulgando-a e tornando-a pública (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 11). Rodrigo Alsina sublinha, contudo, que ao lançar luz sobre essa análise – da produção de

notícia como uma construção social – é preciso que alguns pontos sejam ressaltados. Em primeiro lugar, ele entende que não se deve vincular o conceito de “construção da realidade” exclusivamente com a prática jornalística. Para além do jornalismo esse processo é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivamente construído. A atividade jornalística nesse cenário é, portanto, o papel que foi socialmente legitimado para gerar construções da realidade que são publicamente relevantes (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 47). O segundo ponto que considera importante sublinhar, é que não se pode cair no erro de visualizar a mídia como construtora da realidade sem levar em conta a interação por parte da audiência. Alsina enfatiza que é preciso estar evidente que a construção social da realidade por parte da mídia é um processo de produção, circulação e reconhecimento. Para o autor, a atividade jornalística é entendida, portanto, como uma manifestação socialmente reconhecida e compartilhada (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 47).

Como aponta Rodrigo Alsina, o jornalismo, enquanto instituição social é instaurado na dinâmica da construção da realidade. Sendo assim, para melhor entender de que maneira tal processo é formado se faz necessário voltar à própria configuração do jornal enquanto empresa – com linha de produção, um produto destinado à venda e visando a geração de lucros. Já Gaye Tuchman (2013) se dedicou a analisar o modo de produção das notícias por um viés sociológico. Ao fazer um trajeto histórico das pesquisas sobre o assunto, a autora reforça a mudança de um paradigma no fim da década de 1960: muitos dos sociólogos da mídia passaram a descartar o legado funcionalista. Tuchman reforça que a partir de tal perspectiva começa a ser enfatizada nos estudos sobre a mídia uma noção de produção, que as notícias não são encontradas, elas são feitas. Ela pontua que a partir desse momento, muito mais do que as atitudes dos jornalistas, passam a ser considerados a estrutura social e organizacional que determinam como as notícias são produzidas. Tuchman reforça que, exemplo disso são os títulos de influentes estudos lançados a partir desse novo enfoque que trazem termos como “criando”, “produzindo” e “decidindo” o que é notícia (TUCHMAN, 2013, p. 81-82, tradução nossa)⁴.

⁴ During the late 1960s and throughout the 1970s, many media sociologists discarded the functionalist legacy. Despite their different sources of theoretical inspiration and their more or less explicit ambitions

Ao discutir sobre a produção de conteúdo, Gaye Tuchman ressalta que são os jornalistas os responsáveis por lidar cotidianamente com o inesperado. Se os fatos narrados pelos jornais são apresentados como tudo o que foge do normal, do cotidiano, então os jornalistas precisam estar a postos para encarar os mais diversos desafios – sejam eles desastres naturais ou fatos considerados curiosos. No presente estudo foi possível visualizar o que os jornais consideram de inesperado sobre os bairros de vulnerabilidade social da Grande Vitória ao ponto de transformarem tais acontecimentos em notícias.

Entender o processo de rotinização das notícias é voltar-se também à criação de imagens já padronizadas difundidas pelo jornalismo, assim como a aceitação social existente em torno delas. Muito mais do que se concentrar historicamente em uma classe, a cultura jornalística é também rica em valores, símbolos que acabam por lançar representações sociais que fornecem as figuras de vilões e heróis (TRAQUINA, 2013, p. 48).

Walter Lippmann (2008) também se dedicou a discutir sobre a relação que se estabelece (e as imagens que se criam) quando um sujeito entra em contato com um outro. O que frequentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração. Poucos fatos na consciência parecem ser meramente dados. A maior parte dos fatos na consciência parece ser em parte feita. Um relato é o produto conjunto do conhecedor e o do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e usualmente criativo. Os fatos vistos dependem de onde estão posicionados e dos hábitos do olhar (LIPPMANN, 2008, p. 84).

É necessário retornar a essas pontuações dos autores, pois, tratando-se de ambientes considerados marginais – como os de vulnerabilidade social – havia o interesse de saber quais os traços sobre essas localidades (e seus moradores) que os jornais considerariam importantes salientar. Foi importante também para realizar o comparativo daquilo que foi ressaltado por um veículo e não pelo outro.

of opposing the powers that be in news and politics, the alternative positions all emphasized a notion of “production” – news is made, not found. Further, it is not the attitude or “bias” of individual journalists, but their social and organizational context which primarily determines how news is made. This common denominator was signaled in the titles of a whole list of influential studies on “making”, “creating”, “manufacturing”, and “deciding” what is news. (TUCHMAN, 2013, p. 81-82)

2. Vulnerabilidade social e as representações da violência

Discutir sobre o conceito de vulnerabilidade social é compor relações em diversos âmbitos. Dos índices de escolaridade aos de violência: muitos são os fatores que levam determinada região a ser considerada de vulnerabilidade social. Nessa complexidade, e como se pretende avançar em um trabalho no âmbito da comunicação, optou-se por realizar uma análise da representação midiática que compreenda os bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória inseridos no projeto Ocupação Social. Lançado pelo Governo do Estado do Espírito Santo (gestão 2015-2018), o Ocupação Social era apresentado como uma “política prioritária” que articula o setor privado, a sociedade e os poderes públicos em atividades elaboradas especialmente para o público jovem, de baixa renda, marcado pela violência urbana e morador de áreas de alta vulnerabilidade social (SEDH, 2017, s.p).

Para estabelecer esses índices – da vulnerabilidade e da violência – o programa realizou o mapeamento entre os anos de 2010 e 2014 dos bairros com maiores índices de homicídios do Espírito Santo e das localidades que mais concentravam jovens fora da escola. O resultado final aponta para 26 bairros que se concentram em nove municípios. Dentro desses bairros, 18 deles estão na Grande Vitória e foram analisados neste estudo, sendo eles: Barramares, Ulisses Guimarães, Boa Vista (I e II), São Torquato e Santa Rita, em Vila Velha; Nova Palestina, em Vitória; Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Central Carapina e Bairro das Laranjeiras, na Serra; Castelo Branco, Nova Rosa da Penha, Flexal II e Nova Esperança, em Cariacica.

É preciso ressaltar que no caso capixaba a marca característica da vulnerabilidade social é o alto índice de violência. Entretanto, a violência em si, é apenas índice, é o resultado visível de uma realidade heterogênea que, muitas vezes, aponta para faltas – sejam elas mais “básicas”, como iluminação pública – e ausências – do Estado de uma forma geral.

Para além da violência, o Ocupação Social ressaltava que os bairros são caracterizados como vulneráveis também por concentrarem populações de baixa renda e

alto abandono escolar entre os jovens. A análise realizada neste trabalho propõe compreender de que maneira essas dinâmicas são evidenciadas pelos veículos impressos capixabas. É necessário encarar que, por trás de todo conteúdo noticioso há o olhar do jornalista – que por vezes representa uma realidade da qual ele não faz parte -, mas que, acima de tudo, há o estabelecimento da notícia como produto resultante de um processo empresarial e mercadológico. É também por fazer parte de um conglomerado empresarial que o jornal precisa recorrer a certas padronizações para produzir conteúdo. E é também pela existência dessas dinâmicas pré-estabelecidas que as coberturas noticiosas de diferentes veículos podem, por vezes, se assemelharem. Levando tal fato em consideração, para além da análise dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, se realizou também um comparativo entre as coberturas dos veículos capixabas sobre os bairros de vulnerabilidade social.

Partindo de uma análise de conteúdo na perspectiva proposta por Laurence Bardin (2002) foram investigadas as edições do ano de 2016 dos dois principais jornais da capital, sendo utilizadas as editorias de Cidades, Polícia e Cultura. Optou-se por tal recorte temporal, pois, dos períodos mais recentes que poderiam ser utilizados para análise é o que não apresenta nenhuma anomalia metodológica – como o ano de 2017, por exemplo, quando foi registrada a greve da Polícia Militar, ao longo de todo o mês de fevereiro – que interferiu na cobertura noticiosa rotineira. O recolhimento do material foi realizado utilizando o acervo do Observatório de Saúde na Mídia, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo. Para selecionar que conteúdos seriam utilizados fez-se o uso de palavras-chave que correspondem ao nome dos bairros listados anteriormente.

Ao selecionar tais localidades foi necessário trazer à tona também reflexões que permeiam os conceitos de território, territorialidades e violência. Consequentemente, discutir sobre tais temáticas é também imergir no entendimento do processo de urbanização no Brasil. Em síntese, Milton Santos (2005) assinala que, com graus de diferença e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemas parecidos. Elas mais se diferenciam no tamanho, região em que estão inseridas ou tipo de atividades que realizam. Contudo, Milton Santos (2005) reforça que, em algum nível, encontraremos nelas problemas de habitação, emprego, transportes, lazer, esgoto,

educação, saúde, entre outros. Quanto maior a cidade mais visível essas mazelas serão. Como crítica, ele aponta que, a realidade era um pouco diferente na primeira metade deste século, entretanto, a urbanização corporativa – seria para o autor a empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas - constitui-se como um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista que usufrui dos recursos públicos. Por consequência, ao invés destes serem direcionados aos gastos sociais, são orientados para os investimentos econômicos (SANTOS, 2005, p. 95).

Tais proposições levam a pensar em que tipo de apontamentos são feitos sobre os bairros de vulnerabilidade social da Grande Vitória tanto no aspecto formal – enquanto propostas de intervenção do Estado – quanto aos muros simbólicos que podem vir a serem levantados pela sociedade que considera esse ambientes como perigosos – assim como questionar se essas demarcações transcendem a conversação social e emergem também nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*.

Havia o questionamento de que, sendo a vulnerabilidade social marcada também pela violência nos bairros capixabas, seriam essas localidades evidenciadas nos jornais apenas por esse viés? Outra preocupação dizia respeito à exposição de crianças e/ou adolescentes nessas circunstâncias. O Estatuto da Criança e do Adolescente dita os direitos necessários a essas faixas etárias, porém, de alguma maneira haveria algum tipo de exposição nos jornais relativa a esses grupos? Esses foram alguns dos questionamentos que permearam essa pesquisa e foram respondidas ao longo da análise.

Outro dado importante sobre as características dos territórios de vulnerabilidade diz respeito ao *Relatório jovens fora da escola* (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2017). Tal documento reforça que, no que diz respeito à violência e à juventude, o estado apresenta um índice de violência com as taxas mais elevadas da região Sudeste, e superiores à média nacional. Em 2010, o estado registrou 51,04 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a média do Brasil era de 27,4.

Muito mais do que as médias estaduais e nacionais, os dados demarcam a representação daqueles que mais morrem no Espírito Santo. Os alvos que mais sofrem no estado têm cor, gênero, idade e endereço:

As estatísticas apontam que as vítimas dos homicídios são, majoritariamente, jovens, do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade e residentes em bairros periféricos. Em 2014, o segmento

juvenil do sexo masculino de 15 a 24 anos representava 9% da população do estado, porém 40% dos homicídios ocorridos naquele ano foram neste segmento. Em que pese à letalidade alcançar de forma significativa a população jovem de 15 a 24 anos, há uma tendência de diminuição dessa faixa etária de vitimização. Portanto, as taxas de homicídios têm atingido adolescentes e jovens cada vez mais novos e os delitos têm sido cometidos por esse segmento cada vez mais jovem também (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2017, p. 13-14).

Estando tão bem demarcado quem são as principais vítimas da violência no Espírito Santo leva a refletir de que maneira são essas características evidenciadas também pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. Como foi possível visualizar na análise, os jornais, em suas coberturas, acabaram por noticiar sobre acontecimentos violentos nos bairros vulneráveis, assim como demarcam o protagonismo do jovem no crime – seja ele como acusado ou vítima. Foi possível notar também que o noticiário diário dos veículos basicamente se propôs a descrever os crimes na região, sendo poucas, as vezes em que haviam conteúdos com um caráter mais analítico, convidando especialistas em segurança pública a discutir sobre os acontecimentos, por exemplo.

Visualizar essa representação feita pelos veículos capixabas é entender a dinâmica da mídia ao representar a(s) violência(s), assim como esses processos são vistos na sociedade – já que o jornalismo nada mais é do que uma instância instaurada na mesma. Assim sendo, lançando luz a essa problemática chamada “violência”, Michel Misse (2006, p. 21) compreende a existência de um conceito difuso ao falar do problema. Para o autor tal fenômeno ocorre, pois, qualquer acontecimento pode ser categorizado nessa abstração. Misse entende que esse processo de categorizar diversas ações em um grande guarda-chuva chamado “violência” pode colaborar para a criação de um discurso histórico sobre um problema tão complexo. Para o professor, a existência desse “fantasma” social não é representado apenas na imprensa, ele retorna à sociedade, interage nela e produz reações. “A mídia não descreve apenas o que chama de violência, ela também participa da sua construção, é também um dos atores desse drama social” (MISSE, 2006, p. 26). Logo, quando se propõe visualizar como são representados os bairros vulneráveis, para além do conteúdo noticioso é necessário refletir sobre a responsabilidade social que permeia a função do jornalista. Sintetizar a violência na descrição dos fatos – ao até mesmo espetacularizá-los em busca de melhor

receita – pode contribuir para que, ao invés da discussão sobre a violência haja uma naturalização do fenômeno, deixando de pensar sobre o fato em si e transformando-o em números (como os números de homicídios em bairros periféricos, por exemplo).

Muniz Sodré (2006) também corrobora com a ideia de que a violência permeia a tessitura social. O professor pondera, contudo, que a imprensa não consegue dar a devida dimensão à violência em suas narrativas. Para Sodré, a violência social abarca todos os planos sociais (econômico, político e psicológico), não há um plano que não seja estruturado pela mesma. Contudo, o autor sinaliza que, mesmo sendo a violência assim estruturada, as narrativas da mídia acabam por sintetizá-la como simples ato, a violência nunca é analisada como estado de violência. Sumariamente, a violência que se aprende pelos jornais é a violência visível, aquela que pode ser encenada ou dramatizada (SODRÉ, 2006, p. 37).

A demarcação feita pelo autor a respeito do uso de “violência” nos jornais leva a pensar também sobre o “poder” de fala dos diversos atores nas escalas produtivas, assim como no relacionamento existente entre jornalismo e fontes/empresa e fontes. Pensar na polícia ou nas Secretarias de Segurança Pública como fontes máximas para compreender uma problemática que vai além dessas duas instâncias talvez seja importante. Assim como também precisa ser avaliado o espaço que se destina às fontes oficiais *versus* ao destinado aos que estão em contato direto com os crimes, como os moradores, por exemplo.

Em relação a esses diferentes grupos evidenciados nos jornais, a jornalista Suzana Varjão realizou um estudo nos cadernos de polícia dos principais impressos da Bahia e chegou a algumas conclusões. Para a autora, o que expõe a dimensão simbólica instituída e instituinte das narrativas midiáticas em relação ao fato social é constatar que, em relação aos mais pobres - os que mais sofrem violências - o tratamento jornalístico é mais descuidado do que o praticado contra os mais favorecidos (VARJÃO, 2008, p. 101).

De modo análogo, pode-se dizer que as narrativas midiáticas cotidianas, ao posicionarem as “vítimas preferenciais” das violências num espaço de pouca valoração em relação às suas vidas, constroem, imaginária, cultural e socialmente, o sentido de pertencimento a este lugar, naturalizando a clivagem entre os que devem viver e os que podem morrer (VARJÃO, 2008, p. 112).

É possível compreender que, mesmo que as características discursivas e configurações evidenciadas acima digam respeito à imprensa baiana, o jornalismo como um todo detém um *modus operandi* próprio. Seguem-se modelos e regras para a produção de conteúdo noticioso e, mesmo que cada veículo regional apresente traços específicos, as formas como um jornal opta por representar a realidade corresponde também a uma esfera maior, que engloba o jornalismo como um todo, como um campo de conhecimento.

3. Os bairros vulneráveis nos impressos capixabas

Ao fim das reflexões sobre vulnerabilidade social, territórios e imprensa foi possível realizar a análise dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* no ano de 2016. Para tal fim utilizou-se o método de Análise de Conteúdo. No que diz respeito à metodologia, Laurence Bardin (2011) compara o analista a um arqueólogo, no sentido de ser aquele que vasculha por vestígios, busca dados e faz inferências sobre seus achados na tentativa de obter respostas. Para a autora, visualizar e tratar o material encontrado é codificá-lo. Assim sendo, a codificação será entendida como uma transformação (efetuada segundo regras precisas) dos dados brutos do texto. Transformação esta capaz de esclarecer o analista a respeito das características do próprio texto (BARDIN, 2011, p. 133).

Ao fim de todos esses procedimentos as ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social foram assim divididas nos impressos capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna* da seguinte forma:

Ocorrências de conteúdos sobre os bairros de vulnerabilidade social em A Tribuna em 2016

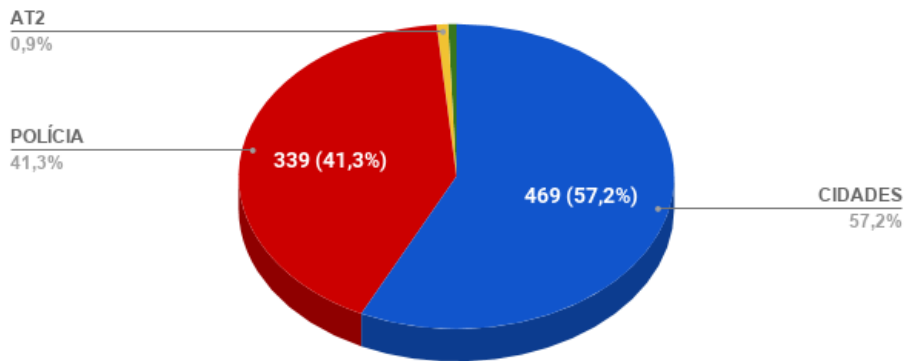


Gráfico 1: ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social em *A Tribuna*

Ao longo de todo o ano de 2016 foram registradas 821 ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social da Grande Vitória no jornal *A Tribuna*. Todos esses acontecimentos foram registrados pelo veículo na seguinte proporção: 469 (57,1%) ocorrências em Cidades; 339 (41,3%) ocorrências em Polícia; sete (0,9%) ocorrências em AT2 e cinco (0,6%) ocorrências como capas do jornal.

Ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social em A Gazeta durante 2016

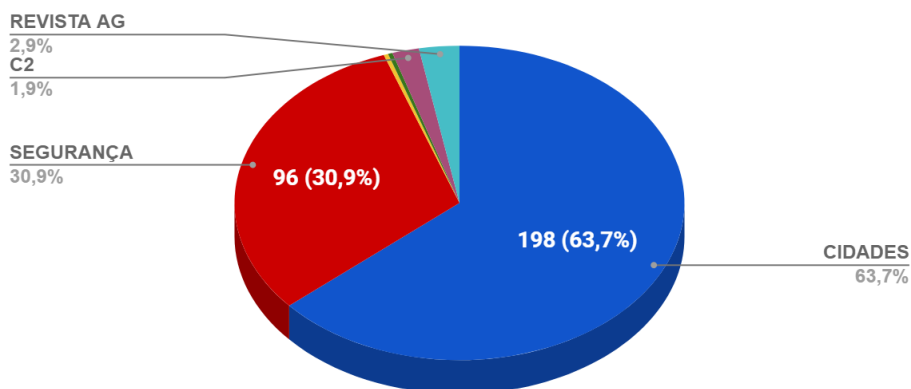


Gráfico 2: ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social em *A Gazeta*

Proporcionalmente a *A Tribuna*, *A Gazeta* registrou menos do que a metade de ocorrências sobre os bairros vulneráveis, totalizando 311 ao longo de 2016. Este número é dividido nas seguintes editorias: 198 (63,7%) ocorrências em Cidades; 96 (30,9%) ocorrências em Segurança; nove (2,9%) ocorrências na Revista AG; seis (1,9%) no C2; uma (0,3%) ocorrência em Vida e Família e uma (0,3%) ocorrência em Vida e Ciência.

Antes da coleta de dados se partia do pressuposto que seriam encontrados mais materiais em Polícia/Segurança do que nas outras duas editorias. Tal suposição se dava, pois, muitos desses bairros vulneráveis povoam o imaginário social como locais violentos, levando dessa forma a acreditar que seriam assim também representados pelos veículos. Contudo, como é possível constatar, a editoria em que mais noticiou sobre essas localidades foi Cidades.

Em números absolutos, de fato, Cidades recebe o maior número de ocorrências, entretanto, quando se analisa de que maneira esses bairros são citados na editoria, a maior parte diz respeito a menções em um contexto regional, às vezes até mesmo estadual. O ano de 2016 foi marcado por acontecimentos na área da saúde – como o surto de Zika e do H1N1 – que levaram a imprensa capixaba a divulgar mais conteúdos sobre essas temáticas do que iria normalmente, logo, muitas das matérias que foram produzidas tinham um caráter regional, apenas citando bairros e não narrando sobre acontecimentos diretamente relacionados a eles. O ano de 2016 foi marcado também por forte seca no Espírito Santo que ocasionou um racionamento de água na Região Metropolitana. Tal fato também contribuiu para grande ocorrência sobre os bairros em Cidades – muitas delas eram apenas citações de quando aquele município (e consequentemente bairros aqui analisados) passaria por racionamento.

Quando se analisa para além desse número absoluto, e contabilizam quantas vezes os bairros aparecem como protagonistas do conteúdo noticioso há uma queda. Como visto, *A Tribuna* registrou 821 ocorrências ao todo no ano de 2016, porém, 335 dessas ocorrências representam o bairro como protagonista. Já em *A Gazeta*, o número absoluto é de 311 ocorrências, sendo que, ao visualizar em quais delas o bairro é

protagonista o número cai para 115 ocorrências. Em muitos casos, todas as ocorrências em que o bairro é apresentado como protagonista são catalogadas em Polícia/Segurança.

Comparativamente, foi *A Tribuna* que publicou mais conteúdos sobre as áreas de vulnerabilidade social do Espírito Santo. Em todas as editorias e todos os bairros os números do jornal são superiores dos de *A Gazeta*. É notável também não apenas as diferenças da quantidade de ocorrências registradas entre as editorias dos jornais, mas entre as editorias de um mesmo veículo. Em *A Tribuna* Cidades e Polícia tem uma diferença de pouco mais que 100 ocorrências. Já em *A Gazeta* as ocorrências registradas em Segurança são a metade das registradas em Cidades. Tais características, para além de números, refletem sobre as linhas editoriais dos veículos, assim como dizem sobre a importância dada por cada jornal à edição de Polícia, principalmente.

Em relação aos conteúdos policiais há diferença de posicionamento ao falar sobre crimes nos jornais. *A Tribuna* é mais descritiva – busca mapear o passo a passo do crime, quantos tiros foram dados, que locais dos corpos foram atingidos – enquanto *A Gazeta* não se prende a esses tipos de detalhes. *A Tribuna* também por vezes colocou trechos de entrevistas com os acusados dos crimes, em *A Gazeta* esse tipo de atitude não ocorre.

Outro ponto a ser analisado foi a diferença entre as editorias de Cultura e Polícia ao narrar sobre os bairros de vulnerabilidade. Em *A Gazeta*, das 311 ocorrências registradas seis são do C2 e nove da Revista AG, totalizando 15 ocorrências sobre cultura nesses bairros. Em *A Tribuna*, das 821 ocorrências apenas sete estavam em AT2. Esse resultado instiga três pontos: o primeiro é a falta de divulgação de conteúdos culturais sobre as localidades - são 18 bairros analisados durante um ano e há o registro apenas de 22 ocorrências nos cadernos de cultura dos principais jornais impressos no Espírito Santo; O segundo ponto diz sobre o caráter e estrutura dos próprios jornais que tendem a usar essas seções para um apanhado geral de acontecimentos do estado, às vezes, mais como agenda (com horários de filmes em cartaz e dias de shows) do que matérias propriamente ditas; O terceiro ponto é: há de fato opções de lazer e cultura nessas localidades que proporcionem a elas virar assuntos nos jornais?

Conclusões

Em síntese, ao visualizar a cobertura dos impressos capixabas sobre os bairros vulneráveis da Grande Vitória nota-se uma cobertura sobre a violência que se centra especificamente na descrição dos eventos. São poucos os conteúdos destinados a trazer uma maior complexidade sobre a problemática. Discute-se sobre a violência de forma fragmentada. Os eventos são resumidos em notas, e notícias que, em síntese, contatam a polícia para explicar os acontecimentos diários. Como se somente a polícia fosse responsável e desse conta de resolver tal cenário. Cria-se a dualidade de encarar a violência apenas em uma relação punitiva, com as perseguições policiais e as prisões. É a polícia *versus* os bandidos, o bem *versus* o mal.

Os veículos acabam por utilizar terminologias como “bandido” e “criminoso” que, ao invés de servirem para descrever o acontecimento já dão juízo de valor ao fato e à pessoa. É observada tal característica também ao narrarem sobre os adolescentes ou jovens em conflito com a lei. Utilizando o termo “menores”, os jornais corroboram para a identificação pejorativa das pessoas que nessa faixa etária cometem atos ilegais. Por vezes os jornais ultrapassam também a barreira da própria legislação, ao noticiar que adolescentes cometeram crimes, o que é errado, já que pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores de idade só podem responder a atos infracionais.

Outro ponto a se considerar sobre os bairros vulneráveis são as coberturas noticiosas que os apontam como “territórios do crime”. Sobre São Torquato, por exemplo, os jornais ao longo de 2016 pontuaram que ocorriam “Bailes do Mandela” na região. Tais eventos não só influenciavam na falta de segurança do bairro em si, como também atingiam aos ambientes privados como o terminal rodoviário de São Torquato. Nesse cenário em que opera a violência, os moradores são apresentados nos jornais sem nome ou com nome fictício por temer aqueles que comandam a criminalidade. Por meio da fala dos moradores os jornais reforçam as recorrências de violência nas regiões, assim como descrevem as dinâmicas que por ela são estabelecidas nesses ambientes – os moradores pontuam o medo em viver nesses espaços, assim como há casos de pessoas que nas entrevistas dizem que irão mudar de bairro por não aguentar mais morar em um ambiente com tantas ocorrências policiais.

Ao representar os “territórios do crime” os jornais podem acabar por colaborar na confecção de um mapa simbólico do medo. Criam-se espaços a serem evitados, assim como o medo das pessoas que os frequentam e/ou neles moram. Nessa perspectiva, Marcondes Filho ressalta para a disseminação de “inimigos públicos” pelos veículos de comunicação:

Essa disseminação de “inimigos públicos” por intermédio dos meios de comunicação “de massa” viabilizados pela adoção de estereótipos e da confirmação, na maioria dos casos, de marginalizações reais da estrutura econômica, política e social, atua no sentido de quebrar possíveis laços de solidariedade e de união, que, num segundo momento, poderiam ser mobilizados contra o Estado. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 17)

Assim sendo, muito mais que uma instituição que dá clareza e possibilita entender um contexto social, o jornalismo pode atuar disseminando aqueles que são “indesejáveis” na/e para a sociedade, reforçando assim padrões de comportamentos e visões enviesadas de mundo.

Compreender que a notícia é resultado de um processo de padronização pré-estabelecido dentro do jornal leva a pensar sobre a forma da mesma, assim como as relações profissionalmente estabelecidas entre os que vão à rua entrar em contato com o fato ao último filtro da redação, que interfere na produção desse conteúdo. É possível que a mecanização do trabalho, as regras pré-estabelecidas e os regimentos que operam em cada empresa interfiram no “se deixar contaminar pelo jornalista”? Sabe-se que o jornalismo é calçado em valores como a credibilidade e a busca da objetividade – mesmo que esta seja uma constante procura, um ideal, e não um objetivo a ser de fato alcançado. Mas até que ponto esses processos padronizados interferem o jornalista de ver os acontecimentos e representá-los com outros formatos e/ou narrativas? Até que ponto essas formatações colaboram para a naturalização do olhar e padronização das coberturas noticiosas? É notório que o jornal impresso traz consigo um conglomerado de fatores que limitam a produção criativa (como o espaço e o tempo destinados à produção de conteúdos), mas será que os jornais online se apresentam com diferentes características? Ou são eles ainda reproduções dos conteúdos dos impressos. É possível criar procedimentos que direcionem a produção de conteúdo sem que os profissionais adquiram um olhar mecanizado sobre os acontecimentos e as fontes? É possível que se

produzam representações do outro (sejam espaços e/ou pessoas) que possibilitem discussões sobre as problemáticas sociais?

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2011.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Relatório jovens fora da escola**. Informações disponíveis em: <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202017/Relatorio_Jovens_fora_da_escola-.pdf> Acesso em: 30/09/2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geralção, 2004.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro: tese de doutorado**, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 1999.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SECRETARIA DO ESTADO DE DIREITOS HUMANOS. **Ocupação Social**, 2018. Informações disponíveis em: < <https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>>. Acesso em: 30/09/2018.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina, Edipurcs, 2002.

TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: Routinizing the unexpected. **American journal of Sociology**, v. 79, n. 1, p. 110-131, 1973.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.